

Temer quer liberar redução de jornada e corte de salário

Presidente interino quer criar novo Programa de Preservação de Empregos para tentar conter demissões nas empresas

Samantha Dias

Para diminuir os custos da mão de obra para os empregadores e, consequentemente, os riscos de mais demissões, o presidente interino, Michel Temer, quer autorizar redução da jornada de trabalho e corte de salários, a partir do próximo mês. Segundo fontes do Planalto, as empresas que aderirem ao novo Programa de Preservação de Empregos (PPE) podem reduzir a jornada de trabalho e os salários em até 30%, por um período de seis meses, em troca da permanência do trabalhador no emprego, já que as regras preveem a garantia do emprego por um terço do período que ficaram sob o PPE.

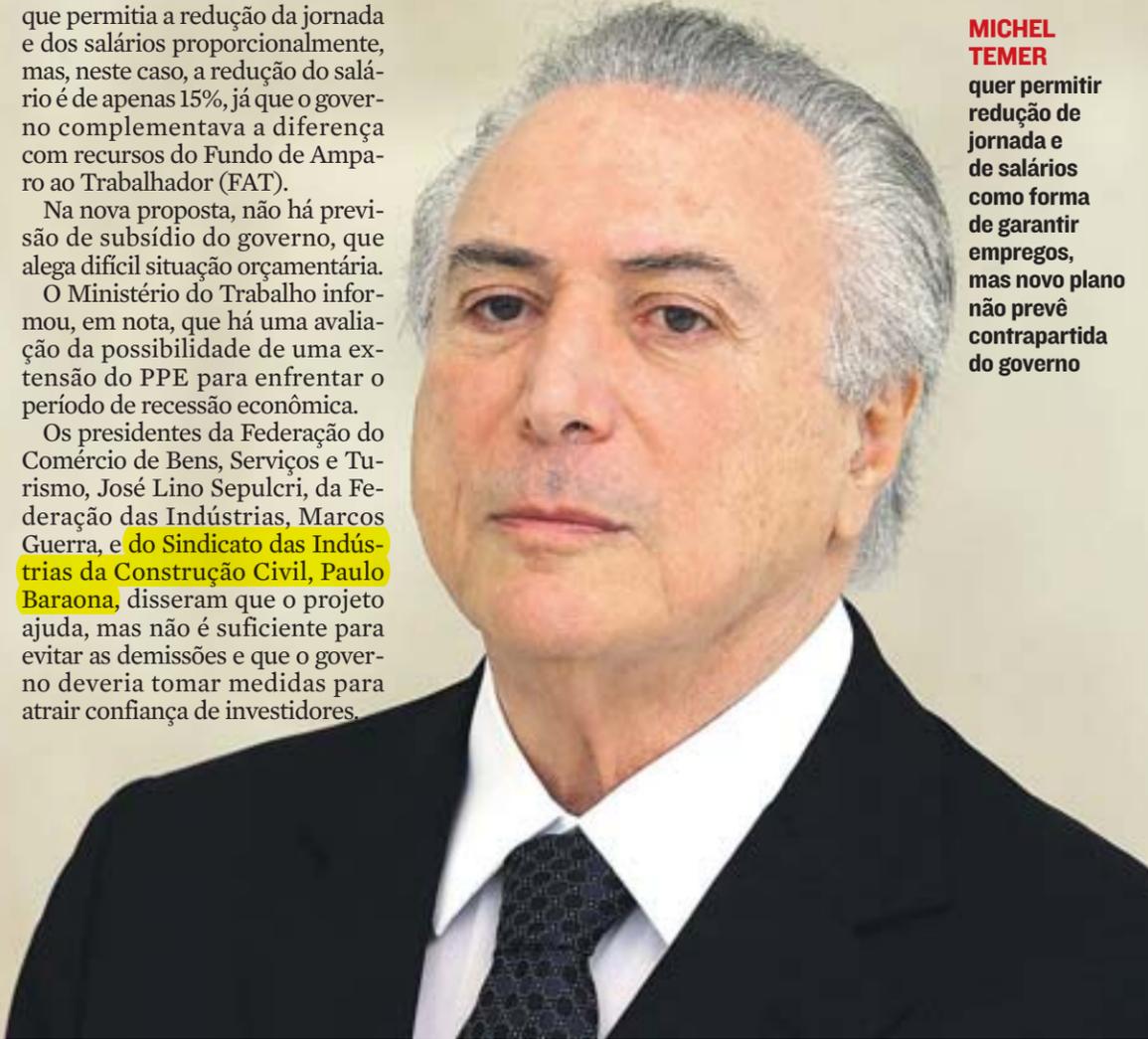
A intenção do governo interino é lançar o novo programa até o mês que vem. Em julho do ano passado, o governo da presidente afastada Dilma Rousseff lançou o PPE,

que permitia a redução da jornada e dos salários proporcionalmente, mas, neste caso, a redução do salário é de apenas 15%, já que o governo complementava a diferença com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Na nova proposta, não há previsão de subsídio do governo, que alega difícil situação orçamentária.

O Ministério do Trabalho informou, em nota, que há uma avaliação da possibilidade de uma extensão do PPE para enfrentar o período de recessão econômica.

Os presidentes da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, José Lino Sepulcri, da Federação das Indústrias, Marcos Guerra, e do Sindicato das Indústrias da Construção Civil, Paulo Baraona, disseram que o projeto ajuda, mas não é suficiente para evitar as demissões e que o governo deveria tomar medidas para atrair confiança de investidores.



MICHEL TEMER quer permitir redução de jornada e de salários como forma de garantir empregos, mas novo plano não prevê contrapartida do governo

Sindicatos querem contribuição

Na nova proposta para o Programa de Preservação do Emprego (PPE) não está previsto o subsídio por parte do governo, por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A possibilidade preocupa sindicatos dos trabalhadores que querem o aumento dessa contribuição.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, filiado à Central Única dos

Trabalhadores (CUT), pediu ao governo a possibilidade de discutir melhorias no PPE, em vigência desde o ano passado, incluindo o aumento da participação do FAT e a revisão de itens para melhorar a legislação.

Atualmente, a contribuição do FAT para o salário do trabalhador é de 50% do que foi reduzido. Ou seja, em casos de redução de 30%,

o governo banca 15%.

Ainda de acordo com o sindicato, a legislação para as empresas que aderem ao programa é muito rígida, atrapalhando algumas companhias a participarem. Um exemplo é a proibição de que funcionários façam horas extras, o que, em casos de necessidade, pode atrapalhar a produção, segundo a assessoria do sindicato.

OS NÚMEROS

30%

de redução nos salários é o que permite o Programa de Preservação de Empregos (PPE)

15%

dessa redução era bancada pelo governo por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

OPINIÕES



“A retomada econômica não deve criar obrigações exageradas para o empregador”

José Lino Sepulcri, Fecomércio-ES



“Essa medida para manter empregos é só paliativa. O governo tem de pensar em ações mais agressivas”

Marcos Guerra, Findes



“Essa proposta de não oferecer subsídio é mais fácil de acreditar. O governo não tem como arcar”

Paulo Baraona, Sinduscon-ES



“Tudo o que for benéfico para o trabalhador, sem retirar direitos, tem nosso apoio”

Noêmia Simonassi, CUT-ES

SAIBA MAIS

Novo programa

- > O GOVERNO FEDERAL quer lançar, até setembro, um novo Programa de Preservação de Empregos (PPE).
- > AS EMPRESAS VÃO poder reduzir a jornada de trabalho e o salário em até 30%, pelo prazo de seis meses.
- > A PROPOSTA SERIA uma alternativa para evitar demissões.

Subsídio

- > OPPE LANÇADO no ano passado previa a redução dos mesmos 30% de jornada e trabalho.
- > PORÉM, NO FINAL, o trabalhador só receberia 15% a menos da remuneração, pois o governo bancaria a diferença com verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).
- > NESSE NOVO modelo de PPE não há previsão de subsídio por parte do governo.

Fonte: Pesquisa A Tribuna.

RAFAEL NEDDERMEYER/ FOTOS PUBLICAS



CARTEIRA DE TRABALHO: direitos

ANÁLISE

Christovam Ramos Pinto Neto, advogado trabalhista



Medida é paliativo de resultados duvidosos

“A melhor proteção contra o desemprego é o crescimento econômico, que ensejaria, consequentemente, a manutenção dos atuais empregos e a abertura de novos postos de trabalho.

Essa medida do governo é um paliativo de resultados duvidosos, uma vez que a conta vai recair sobre o trabalhador que já recebe baixos salários.

O alto custo da mão de obra no País é resultado de uma carga tributária absurda e não dos salários propriamente ditos.

Ademais, ainda que de forma indireta, a medida proposta pelo governo impactará os cofres públicos, porquanto o pagamento de salários menores importará também na redução das contribuições incidentes sobre a folha salarial, ou seja, a medida afetará tanto o trabalhador quanto o governo. Por outro lado, é fundamental que existam alternativas para o momento de crise econômica.

Por fim, a primeira reforma na esfera trabalhista deveria ser a sindical, com o fim da contribuição obrigatória e da unicidade sindical, o que daria legitimidade aos sindicatos para negociar redução de salários e de outros direitos trabalhistas”.